

Análise dos resultados eleitorais e formulação de propostas

12 de Setembro, 2011 - 17:01h

Contributo colectivo de 12 aderentes do Bloco de Esquerda de Cascais

Por convocatória da Coordenadora Concelhia de Cascais, estiveram reunidos nos dias 21 / 07 /2011, 28/07/2011 e 10/09/2011, os aderentes que abaixo se subscrevem, tendo como objectivo tomar parte no debate em curso, propondo-se identificar e analisar algumas das razões e factores que no seu entendimento conduziram aos resultados eleitorais de 5 de Junho.

Através do presente texto vêm expressar as suas opiniões, pretendendo dessa forma dar o seu contributo para a definição de linhas políticas que permitam ao BE ir aperfeiçoar e aprofundar a sua intervenção política na sociedade portuguesa, indo ao encontro das necessidades das classes trabalhadoras assalariadas e de todos os cidadãos e cidadãs em busca de mais justiça e equidade.

Como análise crítica que constitui, o presente texto referir-se-á apenas aos aspectos que se entendem como pouco conseguidos, insuficientes ou negativos na acção política desenvolvida pelo nosso Movimento, sendo consequentemente omisso de referências acerca dos muitos aspectos positivos e meritórios da sua actividade e a todas as decisões que se consideram positivas e correctas, as quais, seguramente justificariam um texto bem mais extenso do que o que agora se apresenta.

Razões que concorreram para o revés eleitoral

Terão seguramente sido vários e de natureza diversa os factores que concorreram para a derrota eleitoral do BE de 2011. Pode-se centrar a análise nos factores cuja origem é consequência da actuação do BE ou naqueles que decorrem das circunstâncias que transcendem o BE. Podem atribuir-se pesos relativos, diferentes a uns e a outros, de acordo com as crenças e convicções de cada um, mas uma coisa afigura-se certa: Só poderemos melhorar e evoluir positivamente em relação aos aspectos que dependeram e dependerem ainda das acções do Bloco e não de factores que lhe são exteriores e à sua esfera de intervenção.

Poder-se-á dizer com verdade que o voto no BE em 2009 decorreu num contexto completamente diverso do de 2011. Poder-se-á alegar que o mesmo foi decidido em circunstâncias muito menos dramáticas para o país e de bem menor responsabilidade para o eleitorado português e que por consequência os cidadãos e as cidadãs puderam à época

expressar as suas verdadeiras preferências políticas mais livremente do que agora.

Também poder-se-á alegar que os votos de 2009 nunca foram verdadeiramente do BE, mas apenas votos de protesto anti-PS ou uma espécie de impulso momentâneo do eleitorado, do qual em 2011 se arrependeu. Restará saber-se porque é que em 2009 terão preferido dar o seu voto ?de protesto? ao Bloco, e não a qualquer um dos outros partidos que se apresentaram em alternativa crítica ao governo do PS. Poder-se-á dizer finalmente que com o agravamento dramático da crise e a eminência de um governo de direita, os novos eleitores do BE de 2009 foram ?obrigados? ao ?mal menor? que consistiu em dar o voto a um partido maior e com mais experiência de governo, regressando assim a um lugar político conhecido, que é o seu antigo voto no PS, na tentativa de possibilitar um governo PS e evitar um governo da direita.

Haverá sentido em todas estas análises, mas **será nossa opção não nos alongarmos em opiniões sobre a quantificação do peso relativo destas explicações nos resultados obtidos, já que todos estes factores são exteriores ao BE, transcendendo-o, ultrapassando os limites da sua responsabilidade e a sua capacidade de intervenção.**

Em vez disso preferimos determo-nos nas razões e factores que do Bloco dependeram e fixar-nos sobretudo no que está nas nossas mãos determinar.

A reflexão acerca do que foi feito e decidido e a análise das reacções e efeitos obtidos, é o estabelecimento de nexos de causalidade entre as decisões tomadas e os seus efeitos, que nos poderá proporcionar a necessária avaliação acerca da adequação das decisões políticas e estratégicas e as consequentes aprendizagens e aperfeiçoamentos.

Só analisando o histórico da prática desenvolvida, das posições assumidas e das decisões tomadas, na sua relação directa e indirecta com os seus efeitos e consequências quer junto da sociedade quer junto de actores políticos e sociais, poderemos detectar os aspectos em que o Bloco foi entendido nas suas posições, e de que forma foi avaliado com base nessas interpretações.

Assumindo um processo interactivo entre acção e reflexão que seja gerador e suporte de aperfeiçoamentos, estaremos no caminho de uma acção política mais consequente, indo ao encontro das necessidades das pessoas e da sociedade.

Erros são inevitáveis, a sua repetição é dispensável e em política paga-se caro. Erros são oportunidades de aprendizagem e de crescimento, mas para tal precisam de ser corajosamente identificados e assumidos. É para esse exercício de reflexão sobre a prática política ? geradora de aprendizagens que sustentem o aperfeiçoamento das suas linhas político-estratégicas - que pretendemos contribuir através do presente texto.

O que é que o BE pode aprender com a experiência que o momento presente e os últimos tempos lhe proporcionaram? Em que é que pode e deve melhorar?

É este o momento de evocarmos as nossas competências de reflexão, de análise e de crítica para nos tornarmos melhores como movimento político, no sentido de **melhor irmos ao encontro dos nossos objectivos programáticos e estratégicos e das necessidades dos cidadãos/ãs. O BE tem que assumir uma atitude dialéctica, de permanente troca interactiva com a realidade, de que resulte a incorporação de aprendizagens e o auto-aperfeiçoamento na sua linha política**

Em que é que o Bloco errou ou falhou? Em que é que o BE, mesmo não tendo errado, pode e deve melhorar, fazendo de uma outra maneira?

Foram identificadas e analisadas diversas razões e factores, que se apresentam de seguida sem no entanto propor uma ordem para a sua importância, na forma como influenciaram os resultados verificados em 5 de Junho:

1. O nosso movimento não conseguiu fixar o eleitorado maioritariamente proveniente do PS, que para ele se transferiu nas eleições de 2009

O BE passou a ter entre os seus eleitores ? a partir de 2009 - um novo e significativo sector politicamente ?moderado?, constituído maioritariamente por ex-votantes PS. No entanto não soube adaptar suficientemente o seu discurso, estilo e posições a esta nova realidade de forma a interpretar as aspirações e o sentir político destes cidadãos que pela primeira vez lhe confiaram o seu voto.

Ao longo desse período que decorreu entre finais de 2009 e o Junho de 2011, esses eleitores não se sentiram em vários momentos adequadamente representados pelo BE, nem em sintonia com algumas das suas tomadas de posição políticas. Esse desfasamento entre a acção e o discurso político adoptados pelo BE e as percepções e necessidades de uma parte dos seus eleitores, manifestou-se nos seguintes aspectos:

a) Ziguezagues e sinais de inconsistência

O Bloco estava ?à prova? para esses eleitores que pela primeira vez lhe haviam dado o seu voto, retirando-o em muitos casos ao PS.

Muitas pessoas não entenderam - e sentiram como contraditório e inconsistente - que ao mesmo tempo que se mantinha o PS como o alvo principal da mais cerrada crítica, se desse apoio a um candidato presidencial apoiado por esse partido.

A dificuldade de entendimento não residiu na crítica cerrada (e merecida, diga-se) às medidas do governo, nem o apoio ao candidato presidencial do governo (uma má escolha que no entanto corresponde a uma estratégia que se consegue perceber), mas sim a coexistência simultânea das duas orientações.

Para idêntico julgamento dos eleitores ? inconsistência política ? concorreu o voto parlamentar alinhado pelo governo no apoio ao megalómano, insustentável e ruinoso projecto de construção das linhas de TGV, o qual se revelou igualmente incompreensível e pouco coerente para largos sectores de cidadãos, mesmo evocando-se a importância da criação de postos de trabalho.

Da mesma forma, foi também vista como inconsistente - ou mesmo precipitada e pouco ponderada - a surpreendente moção de censura apresentada pelo BE, agravada pelo facto de logo a seguir ter sido anunciado que a mesma não tinha em vista o derrube do governo? o qual, no entanto, o BE viria ajudar a derrubar pouco depois, através do seu voto contra o PEC4.

Aos olhos de um eleitorado pouco dado ao aprofundamento de análises políticas, as posições do BE foram posições ziguezagueantes, difíceis de interpretar, inconsistentes e

?pouco responsáveis? numa altura crucial em que toda a gente estava preocupada com as finanças do país, a possibilidade de uma bancarrota, a hipótese de se deixar de ter dinheiro para assegurar o pagamento cada vez mais oneroso dos juros dos empréstimos, ou ainda a possibilidade plausível de deixar de haver dinheiro para os salários dos trabalhadores do estado.

Para muitos cidadãos estas posições do BE só são explicáveis através do que em política o senso comum reprova: O navegar-se à vista sem obedecer a uma linha coerente ou um rumo identificável, a precipitação, a falta de ponderação e de maturidade política.

Não importa focarmo-nos apenas na fundamentação teórica, ideológica ou estratégica das decisões tomadas. É igualmente importante termos em consideração se essas decisões estão ou não a ser devidamente entendidas pelos nossos apoiantes, mas sobretudo pelos estratos sociais que pretendemos ganhar para as nossas posições e cujas necessidades são a nossa razão de ser, enquanto movimento político.

A intervenção política faz-se através de actos políticos intencionais que para atingirem os seus efeitos carecem em muitas situações de ser adequadamente interpretados sob pena de gerarem efeitos contrários.

Concluindo: O BE precisa de emitir sinais políticos claros e descodificáveis pela generalidade dos cidadãos e cidadãs, sinais que traduzam uma linha política compreensível e consistente, feita de propostas plausíveis que respondam às suas prementes necessidades e à sua vontade de que haja na área esquerda do espectro político, uma verdadeira alternativa ao PS e ao PC.

b) Poderá ter-se repellido os votantes que se deveriam cativar

O Partido Socialista foi o principal alvo das críticas do BE, assim como Sócrates foi o alvo de grande parte dos discursos, tendo tal facto vindo a permitir ao ex-PM esse exercício de auto-vitimização que tanto gostava de praticar. Aos olhos de muitos votantes ex-PS terá existido um cariz pessoal na interacção de crítica e animosidade constantes que se estabeleceu entre BE, Sócrates, Louçã e PS. Ter-se-á falado demais no PS e em Sócrates, o que levou alguns a olharem o Bloco como uma espécie de ?partido anti-PS?. Essa interpretação, entre habituais votantes PS deu origem a reflexos anti-Bloco, despoletando uma espécie de ?tocar a reunir? e um ?regresso a casa? desses eleitores ex-PS. Diz o povo ? e neste caso com razão ? que ?com vinagre não se apanham moscas?.

c) Desadequação de estilo, de linguagem política, e de algumas posições

A recusa do Bloco em ir dialogar com a troika foi vista por muitos/as cidadãos/ãs como uma posição excessivamente drástica e desadequada às exigências de diálogo requeridas pelo momento político. Os eleitores esperam que o voto dado a uma organização política tenha a correspondente expressão nas suas posições, ao nível de todos os diversos fóruns e instâncias em que se possa fazer representar.

Em geral, as atitudes peremptórias, extremadas, e unilaterais, envolvendo a auto-exclusão, a inflexibilidade e a recusa do diálogo, são lidas como pouco adequadas a um desempenho político ponderado e responsável, na visão de muito desse eleitorado ex-PS que votou Bloco em 2009.

Esses portugueses - cidadãos comuns com ideias de justiça social e não propriamente

aguerridos militantes anti-sistema - desde os primórdios da nossa democracia que demonstram reiteradamente nada querer com posições extremadas e afastadas do que o senso comum identifica como posições equilibradas e de bom senso.

Esses votantes BE recentes e ex-PS, querem ver no Bloco uma atitude política dialogante, construtiva, e equilibrada, mas ao mesmo tempo intransigente na defesa de equidade, justiça e interesses dos trabalhadores por conta de outrem.

Desde a fundação do BE, há mais de uma década, sempre foi estratégia dos seus inimigos, - através de regulares alusões à Albânia, à acção armada e á ?esquerda caviar?- colar politicamente o BE a excessos e erros cometidos nos idos tempos do PREC, a infância do regime pós-25 de Abril.

Essa colagem - que serve para projectar a imagem falsa de um BE ?passadista?, extremista e desfasado da realidade actual (que é a que convêm à direita e ao PS), se resultasse, manteria separado o BE de uma área política muito mais ampla, (a esquerda democrática alternativa e anticapitalista) que lhe perspetiva um enorme potencial de crescimento político.

O BE não deve nem pode rejeitar uma boa parte das suas origens políticas, mas tem que se afastar claramente dessa imagem desfasada que já não faz justiça nem ao sentir actual da globalidade dos seus militantes, muito menos ao do seu eleitorado e em termos práticos concorre para isolar o Movimento da sociedade que pretende transformar e das pessoas que são a sua razão de ser.

Por exemplo quando se lê no Esquerda.net ? em Julho de 2011- um título dizendo: ?Migalhas que sobram da mesa de um capitalista?, isso é uma linguagem algo estereotipada e caricatural que vem ajudar a colar o Movimento à tal esquerda do pós-1974, esquerda essa que o Bloco, não renegando, hoje já não é.

Ao ser associado a essas esquerdas passadas, ainda que por razões mais de forma do que de conteúdo, o BE permite que se ergam barreiras que o separam da generalidade dos portugueses ? realçando-se neste caso os votantes PS ou ex-PS que o nosso Movimento pretenda reter ou captar.

Para vencer os obstáculos que estão a separar muitos cidadãos dessa esquerda alternativa que o Bloco se propõe ser, terá que se dar outra importância às questões formais (de linguagem e de estilo político) já que uma forma inadequada pode ser comprometedora de conteúdos e ideias justas.

Foram estes, em nossa opinião, os factores que mais contribuíram para o afastamento dos eleitores maioritariamente ex-PS e com posições mais moderadas da esquerda, que votaram BE em 2009.

Referem-se nos pontos seguintes outras razões que igualmente concorreram para o revés eleitoral:

2. Os cidadãos querem dar o seu voto a quem o utilize para tomar decisões ou pelo menos influencia-las e não somente para expressar o seu protesto ou a sua preferência político?ideológica.

A limitada expressão do PC e o facto de a linha política do PS de Sócrates não permitir vislumbrar qualquer possível entendimento para possíveis políticas de esquerda, acrescida

dos acordos com a troika que amarram o PS ao compromisso de políticas anti-sociais e neo-liberais, fizeram com que o BE partisse para as eleições sem conseguir apresentar-se ao eleitorado como parte de uma possível solução para a constituição de um eventual governo de esquerda.

Acresce que o BE - entre 2009 e 2011 e devido à linha política direitista do PS - também não se afirmou como organização disponível e vocacionada para influenciar políticas sectoriais ou estabelecer pactos de regime para áreas concretas e específicas, ou ainda para assumir coligações a nível autárquico ? aqui por falta de iniciativa própria - que lhe permitissem apresentar-se às urnas com uma imagem de abertura ao diálogo e ao concerto de posições ou uma experiência de tomada de decisões aos mais diversos níveis.

Este facto fez com que o Bloco fosse visto por muitos ?eleitores? como uma força política impreparada para assumir na plenitude todas as competências que se esperam de um actor político, o que pressupõe não somente contestar, propor e resistir, mas também estabelecer acordos, influenciar e integrar-se nas áreas de decisão assumindo outros níveis de responsabilidade.

Em consequência do que foi anteriormente dito, o voto no BE foi considerado por muitos como uma espécie de meio-voto, visto não contribuir para soluções de governo e para influenciar políticas, mas servir somente para expressar uma opinião política. Esta deverá constituir outra explicação muito importante para o resultado eleitoral obtido, circunstância que não pode continuar a manietar o destino do BE e a impedir o estabelecimento de vínculos com os cidadãos.

Como impedir que estes condicionamentos se repitam em futuras eleições de modo a fazer com que o voto no BE conte mais para decisões e não se restrinja a um voto de expressão de opinião, de protesto ou somente de preferência política, sem hipótese de se integrar em qualquer cálculo para um governo com políticas de esquerda?

No futuro, como é que o BE poderá fazer com que o seu voto possa contar para influenciar e para definir políticas?

Ideias e propostas:

Apresentar-se nas próximas eleições autárquicas como força política construtora de projectos alternativos e de esquerda, nas autarquias em que ? de acordo com a análise das organizações locais e concelhias - outros sectores e atores políticos locais (partidos, associações, grupos de cidadãos e cidadãos independentes) possibilitem esses projetos. Ao promover activamente acordos para executivos alternativos e de esquerda, para câmaras municipais e juntas de freguesia, o BE estará a afirmar-se como voto útil, partido de diálogo e de construção de soluções, prática que lhe permitirá afirmar-se como gerador de alternativas de esquerda aos mais diversos níveis.

Avançar para o desenvolvimento de propostas de lei em conjunto com outros partidos parlamentares, projectando uma imagem de força política que além de contestar sabe ser construtiva, é competente a dialogar e a contribuir para soluções.

Aceitar dialogar sobre eventuais acordos que enquadrem políticas sectoriais ou mesmo pactos de regime, sobre problemas nacionais que não se encontrem totalmente

condicionados às prescrições do memorando da troika, como a justiça, a educação, o comércio (protecção ao pequeno comércio), combate à corrupção, o poder local, microcrédito, etc, mesmo que após conversações se conclua que não existe base comum que possibilite um entendimento, **mas transmitindo um sinal claro que se procuram soluções e se tenta ser construtivo.**

Na óptica de muitos eleitores criticar e protestar é fácil, o difícil é ser construtivo, tomar e aplicar medidas que são necessárias, vinculando-se a elas e assumindo esse tipo de responsabilidades. Nesta óptica o BE não tem sido bem entendido por um eleitorado que precisa de um Bloco mais influente, proactivo, com iniciativa política, aberto e disponível para dialogar e se possível influenciar políticas, inclusive através da eventual celebração de acordos.

Os cidadãos eleitores precisam que o BE seja ? como tem sido ? um fiel defensor das causas e dos direitos do trabalho, organize a contestação e a resistência contra o desmantelamento do estado social, dos serviços públicos, da escola pública e do SNS, mas que além de tudo isso, também necessitam que o nosso Movimento seja capaz de estar disponível para participar no diálogo político sobre medidas e reformas que os próprios cidadão sentem como necessárias, influenciando-as, distinguindo o essencial (não negociável) do que se pode considerar acessório (território de negociação).

O Bloco, mostrou-se demasiado reactivo e menos proactivo do que seria necessário, projectando uma imagem de interlocutor belicoso, pouco aberto e pouco disponível para o diálogo político, o que levou a que não se conseguisse afirmar como fazendo parte das forças que concorrem para o encontrar de soluções alternativas, viáveis e credíveis para o país.

Ao nível das autarquias só através da afirmação da sua abertura, capacidade de diálogo e disponibilidade para a construção de consensos geradores de projectos políticos alternativos e de esquerda, poderá ajudar a acabar com o mito (criado pela direita, o PS e a sua imprensa) do ?partido do contra-poder? e do partido do ?bota-abaixo? e projetará o BE como uma alternativa política viável.

Afirmando-se a capacidade e a disponibilidade de assumir mais responsabilidades, o BE assumir-se-á plenamente como verdadeira alternativa ? não só como até aqui, num plano meramente opinativo, apenas como voto de protesto ou de expressão de opinião ? mas ganhará consequência no plano prático, adquirindo o valor de poder vir a fazer a diferença na vida das pessoas.

As negociações com o PCP

Uma entre outras excepções a esta percepção global de insuficiente proatividade, foi a iniciativa de propor conversações ao PC, para as quais, no entanto, nenhum dos interlocutores aparentou estar preparado para contribuir com propostas políticas concretas traduzíveis na prática. Só isso e o carácter tradicionalmente fechado do PCP, poderá explicar a total ausência de desenvolvimentos a partir desse evento. No entanto, ao tomar esta iniciativa o BE esteve na posição certa e necessária, como estará sempre que protagonizar posições de abertura e de diálogo politicamente proactivas e que rompam com a cultura de sectarismo instalada na política portuguesa.

Definitivamente tem que se colocar um fim à ideia de que o BE pouco constrói e quase só

crítica. Ou a ideia de que somos aquelas pessoas que falam bem, agitam o ambiente e depois se vão embora quando a situação fica verdadeiramente difícil e exige o empenho, trabalho e responsabilidade.

Ideias e propostas:

- O BE, quanto mais influenciar as esferas de decisão mais poderá cumprir a sua razão de ser: Defender os interesses de largas camadas assalariadas da população e o seu legítimo direito a mais equidade, mais justiça e a uma vida melhor. Consequentemente o Movimento deve afirmar-se (também) como partido de soluções e responsabilidades, não abrandando no seu activo papel de denúncia, contestação e protesto, mas sem no entanto se esgotar nessa prática.

- A política autárquica, onde abundam feudos e caciquismos diversos é a área ideal para o BE, através de acordos à esquerda, (somente quando entendidos como desejáveis pelas organizações locais do Movimento) afirmar a sua disponibilidade e capacidade de assumir responsabilidades, de demonstrar na prática que sabe construir e apresentar obra. O poder local oferece a oportunidade do desenvolvimento da prática de formas participadas de democracia e de partilha de tomadas de decisão com as populações. Ou seja o poder local democrático é uma área privilegiada para a afirmação plena dos ideais de democracia avançada e participada de que o Bloco é convicto portador.

- A questão da corrupção e do tráfico de influências políticas, administrativas e económicas, assim como a promiscuidade entre política e economia, deve continuar a exigir da parte do BE uma atenção permanente por ser uma questão premente e muito sentida pelos portugueses/as e justificando-se que possa tornar-se numa das ?bandeiras? do BE, como outras já o foram. Neste sentido deveria merecer um combate ainda mais CONSEQUENTE e mais firme, que vá ao encontro do sentir e das necessidades dos/as cidadãos/ãs. Impõe-se como urgente a retoma das iniciativas relativas a esta questão, a formulação de propostas e iniciativas legislativas. Este é igualmente um território onde é possível a adoção de medidas políticas para lá das imposições do memorando com a Troika. É igualmente um território político propício ao estabelecimento de consensos alargados a outras forças políticas, nos quais quem assuma a iniciativa sairá prestigiado e afirmará uma atitude proactiva e construtiva com qual o BE só se prestigiará.

- Além da defesa convicta em todas as instâncias dos seus princípios políticos, o BE precisa de afirmar-se capacitado e disponível para se aproximar das esferas de decisão, para assumir outro nível de responsabilidades e para contribuir para soluções políticas que respeitem os interesses de largos sectores sociais que o BE sempre tem defendido.

Será útil clarificar que, se aqui se defende que o nosso Movimento se deve empenhar em influenciar - e a prazo em definir políticas ? isso não constitui um fim em si, mas antes um meio para mais eficazmente cumprir os seus ideais de justiça e equidade e salvaguarda das classes trabalhadoras maioritárias, cujos interesses está no ideário do BE defender. Somente neste pressuposto é que se assume sem complexos esse objectivo estratégico, que é o da aproximação às áreas de decisão, não somente a nível nacional mas a todos os níveis de uma sociedade portuguesa cansada pelo estilo do centrão político e carecida de uma esquerda verdadeiramente alternativa.

A maneira mais eficaz de se contribuir para proporcionar esses benefícios e condições de vida a essas classes, é através de um governo com políticas de esquerda, o que se obtém integrando-o ou doutra forma mais indirecta influenciando-o através de lutas sociais, pressões e acordos, pois é aí que as políticas se definem e as leis se fazem.

É nestes pressupostos que se defende uma maior disponibilidade do BE para se aproximar de áreas de decisão e para gerar, viabilizar e protagonizar projectos que lhes dêem acesso. Assumir essas responsabilidades ? nomeadamente ao nível autárquico - só fará sentido se for para fazer a diferença, com programas eleitorais democráticos, progressistas e socialmente empenhados, que permitam fazer mais e melhor pelas populações.

É contribuindo para a defesa dos seus interesses e lutando por essas conquistas, assumido em termos de consequências práticas o papel de verdadeiro aliado das pessoas, que se lhes ganha a confiança necessária para que dêem o apoio activo ao nosso movimento, o que no futuro poderá sustentar outro tipo de transformações, conquistas e benefícios sociais e a construção de uma sociedade mais livre e mais justa onde o interesse de todos seja considerado mais importante do que o direito de alguns poucos a enriquecerem, lucrando à custa de todos os outros.

Clarificados estes pressupostos relativos à questão do exercício do poder fica pelos subscritores excluída a pretensão de alguns ?analistas políticos? de verem o BE transformado numa espécie de CDS das esquerdas, sempre na fila para assumir protagonismo e notoriedade, e sempre ansioso e disponível para arranjar uns lugares de sobra, em executivos (nacionais ou autárquicos) do PS ou de outro partido qualquer.

3. O eleitorado não conheceu e/ou não deu crédito às propostas do BE para levar o país a sair da crise e para resolver os grandes problemas nacionais com que o povo se vê diariamente confrontado.

Os portugueses votarão em ideias, em princípios e em propostas políticas com que concordam, mas no actual contexto de aguda crise económica, financeira social e política, **as pessoas necessitam de quem apresente soluções que sejam reconhecidas como plausíveis e viáveis e necessitam de agentes políticos que se apresentem disponíveis para as concretizar.**

Dir-se-á que foram formuladas boas propostas de ataque á crise económica e que elas não chegaram às pessoas, o que nos remete para a recorrente questão da comunicação social.

Não basta constatar-se ano após ano a parcialidade e o carácter manipulador dos média, cada vez mais na mão de interesses económico-financeiros apoiantes de projectos de poder de diversas facções da direita, incluindo a direita que se disfarça de esquerda para conseguir governar. **É preciso encontrarem-se estratégias neste domínio, que respondam à realidade adversa que enfrentamos.**

A direita está há anos a fazer passar na comunicação social a mensagem de que é necessária a austeridade e os sacrifícios. Só essa doutrinação persistente e continuada, permitiu que se chegasse às eleições de 5 de Junho e as pessoas aceitassem como uma fatalidade inevitável essa austeridade que lhes retira comida para o prato, o vestuário de que necessitam, tratamento médico e qualidade de educação para os seus filhos. Desta forma se

provou mais uma vez que a supremacia ao nível das ideias é uma pré-condição indispensável para o início de qualquer vitória política. Para que essa supremacia se efective e exprima, a comunicação social assume cada vez mais um papel fundamental. Uma das razões da derrota eleitoral do BE foi justamente a parcialidade da comunicação social não só na sua doutrinação monocórdica em prol das teses da direita liberal, como também em relação ao boicote à difusão das mensagens propostas pelo nosso movimento, o que determinou que as suas propostas não passassem para o público. Ou seja: O revés eleitoral começou aqui, na transmissão de uma imagem errada do BE e também em alguma falta de especialização do nosso movimento na relação com a comunicação social, facto que deverá ser encarado e resolvido sem pruridos ideológicos, por quem de direito.

O poder manipulador das chefiias redactoriais - frequentemente ao serviço de quem sabemos e quase invariavelmente alinhados ideologicamente pelo mesmo lado - tem feito ao longo dos últimos anos com que as propostas e ideias do BE sejam transmitidas em quantidades reduzidas e de forma frequentemente distorcida, por via de práticas que já se tornaram habituais: Não comparecer aos eventos para que são convocados; Noticiar os eventos com pouco destaque, atribuindo-lhes pouca importância; Alterar afirmações ao reproduzi-las em texto escrito; Retirar afirmações do seu contexto atribuindo-lhes um sentido diferente e distorcendo-as na prática; Destacar nas afirmações produzidas apenas o que é polémico, sensacional ou negativo, etc. Mais do que queixar-nos da realidade que é a comunicação social que temos, importa sobretudo aprendermos a lidar com ela tal como ela é, o que implica que o BE desenvolva sem complexos essa aprendizagem e especialização.

Ou seja: fim do improvisado nos contactos com a comunicação social e especialização na transmissão de mensagens e projecção de imagens. Nota-se que esse trabalho já se iniciou, mas deve ser aprofundado, já que este é um território decisivo para quem tem a ideia de intervir politicamente de forma consequente. Esta não é uma realidade complexa que requer especialização, mas é a que temos, restando-nos aprender a lidar o melhor possível com ela.

É de referir o contributo que a comunicação deu para o aumento da abstenção: O facto de os órgãos de comunicação terem passado a ideia de que já estava decidida a eleição antes mesmo de se realizar o acto eleitoral, ideia essa que decorreu do efeito perverso da sucessiva divulgação de sondagens sobre intenções de voto, antes das eleições. Esta percepção do eleitorado de que já nada tinha a fazer visto já tudo estar decidido, foi grandemente reforçada pela assinatura do memorando de entendimento entre a troika e os partidos que têm governado o país, documento em que era estabelecido um verdadeiro programa de governo, a aplicar independentemente dos resultados eleitorais.

Ideias e Propostas:

a) Há que aperfeiçoar a comunicação com toda a sociedade portuguesa, assumido especial importância as oportunidades em que se tem acesso à comunicação social, as quais devem ser utilizadas de forma mais criteriosa e focada em destinatários concretos e menos sujeita a improvisos do momento. No mesmo sentido, o Movimento deve ser mais claro e eficaz a difundir as suas mensagens políticas e mais direccionado para os sectores que constituem o seu potencial eleitorado, **o que pressupõe defini-lo previamente.**

b) Aderentes, aderentes activos, votantes e potenciais votantes constituem realidades diferentes que requerem mensagens e canais de comunicação diferentes. Diferenciar os destinatários e os canais de comunicação torna-se uma prioridade. As intervenções públicas devem dirigir-se essencialmente para o eleitorado do BE - e também para um eleitorado

potencial devidamente definido e caracterizado. Essas intervenções devem ser pouco dirigidas para a minoria politizada constituída pelos seus aderentes / activistas, a qual deverá merecer mensagens e canais próprios.

c) Para os activistas devem ser desenvolvidos canais próprios especializados, como por exemplo a edição impressa do ESQUERDA.NET, áreas de acesso reservado de sites do BE, ou e-mails do género ?newsletter?, tornando mais individualizada, específica e próxima o tipo de comunicação dirigida a estes destinatários que são a alma do Bloco. Para públicos diferenciados prioridades, preocupações, linguagens e mensagens diferenciadas.

d) O BE deve definir claramente os seus eleitorados- alvo, e falar-lhes sem subterfúgios, utilizando uma linguagem compreensível (sem ser o politiquês) e indo ao encontro das suas verdadeiras necessidades. É fundamental compreender as pessoas - que são a razão de ser do nosso Movimento ? falar para elas e ? na medida dos nossos princípios políticos - ir ao encontro das suas necessidades e aspirações. Deve ser essa a razão de ser da nossa organização política.

e) A linguagem não pode ser tão hermeticamente ?política?, devia despir-se de chavões e discursos de tipo panfletário e aproximar-se mais das pessoas quer ao nível do léxico quer sobretudo das preocupações que expressa. Para aperfeiçoar a intervenção através da comunicação social, deveria promover-se uma actuação minimamente concertada, dos deputados e de todos os responsáveis com capacidade de intervenção na comunicação social, ultrapassando o tipo de intervenções algo improvisadas e pouco articuladas ainda dominantes.

f) **Considera-se extremamente útil que se crie um grupo de aderentes para assegurar uma intervenção constante e concertada junto dos programas de debate, (radiofónicos e televisivos) que diariamente ocupam muitas horas de emissões, vistas e escutadas por milhares de pessoas. São importantes fóruns nos quais o BE, a título informal, através de aderentes e simpatizantes falando individualmente, devia organizar-se para garantir a exposição de ideias e propostas de que é portador. Essas são oportunidades de fazer passar as mensagens do nosso movimento (informalmente e a título individual) que não se deviam desperdiçar.**

g) As tecnologias de informação e comunicação envolvem um número crescente e significativo de pessoas. Actuar concertadamente através da internet pode ser uma forma de intervir alternativamente à comunicação social estabelecida e reforçar as mensagens alternativas de intervenção social e política.

4. O apoio a Manuel Alegre

Considera-se que em termos gerais e abstractos, a opção política de apoiar um candidato da área do PS, que permitisse ao BE obter simpatias na sua base social de apoio não só é estrategicamente correcta como caminha ao encontro de linhas genéricas aprovadas na convenção que a precedeu, com o lema ?Juntar Forças?.

A escolha concreta do candidato Manuel Alegre, com todos os anticorpos que gera em vários sectores da sociedade portuguesa é que **constituiu um fatal erro de timing e casting**, o qual assumiu maiores proporções devido às características do processo da sua escolha, sem consulta prévia às organizações locais e aos aderentes do BE. Este processo de escolha nada participado, veio a confirmar-se como completamente inadequado para uma

organização que tem na democracia participativa uma das suas mais fortes referências ideológicas, aliás estatutariamente consignada.

Teoricamente correto (no abstrato) o apoio a um candidato com um percurso anti-fascista, defensor do estado social, dos serviços públicos e de muitos valores de Abril, conectado a outros sectores políticos mais vastos e diferenciados do BE, mostrava ser uma estratégia para ganhar eleitores e congregar esforços.

Como não deixou de ser certa a ideia de se dar o apoio ao único candidato, que reunindo as características referidas, e *a priori* (segundo as sondagens) mais se aproximava das votações previstas para Cavaco e dava algumas oportunidades de triunfar numa eventual segunda volta, contra o candidato da direita.

O que não entrou nos cálculos para a tomada dessa decisão foi o mal-estar, a falta de entusiasmo e de aceitação suscitados pelo candidato dentro do PS, dentro do BLOCO e junto da comunicação social; As antipatias geradas pelas suas características de personalidade; O efeito desmobilizador provocado junto de muitos aderentes activos do Bloco, que por não terem sido ouvidos e discordarem da escolha, não conseguiram ?dar a cara? por um candidato de quem pessoalmente não gostavam e que era militante de outro partido responsável por graves danos sociais na sociedade portuguesa, o qual o BE mantinha sob fogo de uma oposição cerrada; O que também não entrou nos cálculos políticos de quem decidiu o apoio a essa candidatura foi a deserção e a falta de empenho dos apoiantes do candidato há quatro anos atrás, nem a pluralidade de posições dos socialistas no apoio a diversos candidatos presidenciais.

O apoio dado a Alegre, teoricamente correcto, falha em aspectos práticos que podem ser vistos como acessórios ou formais mas que se revelaram determinantes para os resultados. Mais uma vez se prova que aspectos que se podem considerar formais (consultar ou não previamente os aderentes; o candidato ser antipático e pertencer ao partido de Sócrates) podem comprometer irremediavelmente um conteúdo que teoricamente até se podia considerar correcto (O candidato é anti-fascista e democrata, sendo o único que poderia vencer Cavaco, numa segunda volta). As falhas residiram no processo da sua escolha, no timing adoptado e num factor que se considera quase no domínio das ciências ocultas: a chamada ?popularidade? ou carisma.

Para darem a cara por um candidato os aderentes do BE têm que estar convictos da sua escolha. De outra maneira perde-se dinamismo e entusiasmo, por isso deveriam ter sido previamente consultados.

Para que seja uma realidade a organização alternativa que pretendemos construir, os mecanismos de consulta às bases de activistas e a circulação de informação entre Direcção Política, grupos, núcleos, coordenadoras concelhias e aderentes activos, devem ser mais exercidos e demonstrar-se mais fluentes como ficou comprovado neste caso.

5. A recusa em dialogar com a troika

O eleitorado do BE tem que ter no Bloco e nos seus dirigentes a sua voz política ao mais alto nível, sem exceções, especialmente nos momentos difíceis e de grandes decisões. Esquecer-se esta dimensão e este significado dos votos que os cidadãos eleitores conferiram ao Bloco, é esquecer-se algo de essencial acerca da democracia representativa que temos, na qual o BE ocupa um lugar.

Muitas pessoas que votaram BE, embora concordando que o Movimento não deveria negociar com a Troika e declarar que só o fariam com o Governo, **esperariam também que o Movimento reunisse com os representantes da troika para expressar as suas preocupações falando em nome do meio milhão de portugueses que haviam votado Bloco, expressando entre outras as seguintes preocupações:**

- Reafirmar as suas posições políticas de defesa intransigente dos interesses das classes trabalhadoras e dos sectores mais frágeis da população e minorar o mais possível a factura a pagar pelos sectores socialmente mais frágeis da população;
- Reafirmar a suprema injustiça de serem os mais desfavorecidos a pagar mais duramente pelos erros de banqueiros, pela inépcia e complacência do banco de Portugal e pela incompetência da governação PS, que não soube ? como era sua obrigação ? antecipar e prevenir a crise e os seus nefastos efeitos, tendo vivido irresponsavelmente em estado de negação demencial, durante meses, adiando medidas, facto que agravou os custos financeiros a pagar subsequentemente pelos cidadãos.
- Alertar para o quadro sócio económico do país com dois milhões de pobres e mais de 12% de desempregados, e para os sérios riscos de ruptura social generalizada, decorrentes das medidas propostas pela Troika.
- Alertar para o facto de os trabalhadores portugueses ? apesar de serem dos mais mal pagos da união europeia ? serem submetidos a sucessivas políticas de austeridade visando a redução do deficit das contas públicas, o que vem provocando há largos anos a redução constante dos seus salários reais e do seu poder de compra. Aplicar austeridade ano após anos é bem diferente de a aplicar após anos folgados.

Quem vota BE espera que os seus argumentos e interesses sejam defendidos em todos os fóruns e instâncias e neste sentido ? sem se aperceber disso - o BE ?faltou à chamada? num momento crucial provocando a ideia nos seus votantes de que **não foram convenientemente representados na sua oposição às medidas avançadas pela troika, nem tão pouco tiveram voz num momento de capital importância.**

Atendendo aos problemas prementes que o país e as pessoas estão a enfrentar os cidadãos têm mais do que nunca a percepção de que **são necessários actores políticos que assumam a actividade política na sua plenitude nunca se demitindo de dialogar e de assumir a defesa dos que neles depositaram a sua confiança através do voto.**

7. O BE pode estar a perder a capacidade de criar e projectar uma forma alternativa, própria e claramente diferenciada de estar na política.

Há que acentuar os factores de diferenciação do BE, afirmando uma outra forma muito própria de estar na política, através de um estilo e uma linguagem longe do cinzentismo, da previsibilidade e da falta de ideias dos políticos profissionais de outras áreas políticas.

Será por aqui, propondo um modo ALTERNATIVO de estar na política, propondo um estilo diferenciado, **guiado por valores, princípios e ideais e por uma ética que não suscite dúvidas, que o BLOCO terá hipóteses de captar simpatias e adesões em sectores abstencionistas do eleitorado (jovens eleitores recentes, mas também nesse vasto sector - de todas as idades - dos chamados "desiludidos com a política"), sectores geralmente desinteressados do cinzentismo e do discurso estereotipado dos políticos instalados no sistema.**

- O crescente número de abstencionistas e votantes em branco reflecte a urgente necessidade de largos sectores em que se encontrem modos alternativos de estar na política de fazer política.

Para se poder ir ao encontro e entrar em diálogo com este conjunto heterogéneo e cada vez mais numeroso de eleitores, urge conhece-lo e caracteriza-lo o mais profundamente possível, mesmo que isso requeira abordagens mais especializadas no território da sociologia.

Estejamos cientes que o conhecimento da realidade social é um pré-requisito indispensável a quaisquer tentativas de nela intervir.

Uma das razões para o revés eleitoral verificado foi a incapacidade do BE captar a atenção e a adesão do sector abstencionista do eleitorado. **O estilo utilizado durante a campanha eleitoral (mas também em algumas intervenções parlamentares e não só) confundiu-se em vários aspectos com o estilo e o tom dos outros partidos, porque alinhou demasiado na picardia política, na pequena querela estéril, nas trocas de acusações e recriminações, no "disse que disse" e em geral nesse desinteressante ruído que foi a mais recente campanha eleitoral.**

É altura de se perceber que os portugueses, vendo ?a sua casa? em perigo de desmoronar, reagem mal a mais perdas de tempo com quezílias, lutas de galos, picardias políticas e discussões estéreis. **Esse circo atrai sem dúvida as atenções e as câmaras mas não o respeito e o voto. As pessoas estão a dar valor à sensatez, à sobriedade, à educação e à ponderação e a repudiar iniciativas e atitudes que acrescentem mais bloqueios e problemas aos já existentes.**

O Bloco não se pode tornar em ?mais um? partido, nem parecer um partido como todos os outros; Tem que afirmar claramente uma outra forma de estar, um outro estilo e uma outra forma de fazer política. Existe um terço do eleitorado que se abstém de votar por repudiar o modo como os partidos instalados estão na política e desenvolvem a prática política.

- O modo de estar alternativamente na política começa numa organização interna que dê aplicação prática ao conceito de democracia participativa que o Bloco defende globalmente para a sociedade

Um dos traços de diferenciação deve originar-se na sua actividade e organização internas: As organizações concelhias devem ser chamadas a opinar com mais frequência sobre questões concretas, através da realização de Assembleias Concelhias em que se promoverão consultas aos aderentes, partilhando decisões e emitindo posições para a mesa nacional, (via distritais mas também directamente), dando aplicação prática no interior do Movimento à democracia participada que é matriz essencial do seu projecto político. Para que tal se concretize haverá que criar mecanismos que tornem expeditos e fluentes os

processos de circulação de informação em ambos os sentidos. **Haverá que dotar o movimento de um grupo de trabalho permanente (no âmbito da Mesa Nacional) para receber, eventualmente tratar e encaminhar, os contributos provenientes das concelhias e distritais que atuarão como órgãos cognitivos e sensoriais (olhos e ouvidos do todo social), do Movimento junto da sociedade, numa troca frequente de informação com os órgãos dirigentes nacionais.**

Não promover esta regular troca de sinais em ambos os sentidos é condenar a organização e a direcção do movimento ao autismo, remetendo-o para um conceito organizacional esvaziado do contributo participativo de todos os seus aderentes e privando-o das múltiplas visões e análises de muitos e muitas aderentes que um pouco por todo o país se integram nos diversos contextos e realidades que o compõem.

- Um discurso acerca da necessidade de lideranças democráticas aos mais diversos níveis da nossa sociedade: Precisa-se.

É urgente ocupar o vazio do discurso político de esquerda sobre a necessidade de uma liderança democrática aos mais diversos níveis da sociedade, em alternativa ao estilo empresarial, autocrático e autista que se está a pretender fazer passar por garante da eficiência

Em contraste com o estilo impositivo e prepotente imposto por Sócrates nos últimos seis anos, os portugueses necessitam há muito de quem governe em prol dos seus interesses e necessidades mas, mais do que isso, precisam de quem afirme uma cultura democrática de liderança que se traduza em estilos de direcção e gestão mais abertos à partilha de decisões, à consulta democrática e mais respeitadores dos cidadãos, quer como trabalhadores, consumidores e utentes de serviços.

A nossa sociedade carece de conceitos alternativos de liderança que se apresentem como outros caminhos ? democráticos - para uma gestão eficiente, com bons resultados, democracia e o envolvimento activo dos trabalhadores.

O BE pode e deve ser a organização política pioneira na resposta a esta necessidade, propondo alternativas viáveis ao estilo de liderança de tipo empresarial que se está a pretender apresentar como paradigma e generalizar aos mais diversos níveis. A liderança decalcada de muitas empresas representa um verdadeiro perigo para a cultura e os valores democráticos que são o sustento do regime do pós 25 de Abril. Ao longo de anos tem vindo a passar sem a devida réplica o discurso segundo o qual, as empresas e serviços que são geridos com respeito por alguns princípios democráticos apresentam maus resultados enquanto que o que é gerido ao arrepio dos valores democráticos apresenta resultados melhores.

Há que denunciar essa falsidade preconceituosa e apresentar alternativas e exemplos que demonstrem o contrário.

Há que dizer que os modelos de gestão de tipo empresarial aplicados apresentam fracos resultados e desprezam liberdades básicas, princípios e direitos laborais, nas empresas, nas escolas, nos institutos, nas autarquias em todas as instituições públicas e privadas, a todos os níveis da sociedade hierarquizada em que vivemos. Milhares de trabalhadores estão diariamente expostos a tensões e stress extremos, a mau ambiente profissional e a chefias autocráticas e prepotentes que só contribuem para prejudicar a produtividade. O mundo cada

vez mais fechado do interior das empresas, com as suas regras e regulamentos internos a raiar a ilegalidade, deve ser trazido ao conhecimento público e denunciado.

Um tema conexo com os anteriores: Convocação ou não de uma nova Convenção

Tendo ocorrido a anterior convenção em Maio é claramente cedo para convocar novamente uma convenção. Deverá dar-se o tempo necessário para que ocorra um debate profundo a nível nacional (que já está a decorrer) se retirem conclusões que permitam a breve prazo corrigir trajectórias políticas e as estratégicas consideradas inadequadas.

Atualmente a questão fundamental para a vida interna do BE é o debate em curso, acerca de algumas linhas e estratégias que vinham sendo seguidas, da sua rectificação em função das conclusões que se extraírem a partir do debate em curso.

Essa capacidade de auto análise, de se ouvir a si próprio e de se auto-corrigir são cruciais para qualquer organização e o BE não é excepção. Torna-se fundamental que no actual momento político, o BE afirme e exerça estas capacidades organizacionais colectivas facto de que dependerá o seu futuro político. É também para contribuir para o apurar do pensamento comum ao nosso movimento que os cidadãos aderem à nossa organização.

O modelo de convenção que actualmente é adoptado, mostra-se adequado para a realização de alterações estatutários e o seu inerente debate, para eleição de órgãos dirigentes e para a formalização através do voto de uma linha política e estratégica, mas não para o debate analítico de factos e estratégias políticas ou formulação de linhas alternativas.

Para este último efeito, o debate está a fazer-se dentro das estruturas organizativas do movimento, onde pode prolongar-se durante o tempo julgado necessário, aprofundar-se a um nível impossível numa convenção e traduzir-se em propostas escritas e produção política e ideológica que noutras sedes se tornaria mais difícil.

Sem prejuízo do que foi dito deve encarar-se a necessidade de se reequacionar seriamente o modelo de organização dos trabalhos que tem vindo a ser seguido nas convenções, pouco propício a um debate aprofundado e sereno, e permeável à sua utilização como campo de batalha entre grupos, tendências e facções, facto que acarreta efeitos extremamente negativos:

- Limita a possibilidade dos aderentes não alinhados por tendências se expressarem, por a lista de inscrições para intervenções ser frequentemente tomada de assalto pelos referidos grupos;
- Cria um ambiente de confrontação sectária e desnecessariamente crispada;
- Amplia uma imagem distorcida de desentendimentos e desunião para o potencial eleitorado, afastando-o.
- Dificulta o aprofundamento do debate e a consensualização de posições assemelhando-se mais a uma sucessão de discursos que em regra se ignoram quase todos uns aos outros

Finalmente, o Movimento está a provar - de facto - através do debate em curso, que consegue realizar agora o debate aprofundado que se impõe.

A sucessão de intervenções publicadas no fórum aberto no ?esquerda.net? e as inúmeras reuniões distritais concelhias e locais são prova disso.

Torna-se agora importante que os inúmeros contributos de aderentes por todo o país sejam analisados e tidos em consideração pelos órgãos competentes e daí se extraiam não só conclusões como também consequências. Em momentos cruciais o movimento deve exercer os mecanismos necessários à expressão dos seus aderentes e eleitores, promovendo a democracia participativa no seu seio, concretizada através da partilha de decisões cruciais.

As unanimidades poderão ser raras num movimento com a heterogeneidade do BE, mas é possível apurarem-se opiniões que sejam claramente maioritárias, as quais deverão constituir um importante referencial a ter em conta nas linhas políticas que se vierem a definir.

O que não é aceitável é que fique tudo na mesma em termos de linhas políticas e estratégicas, depois de apuradas as conclusões deste debate que está a mobilizar o movimento a nível local e nacional. Se isso acontecesse, isso revelaria uma organização incapaz de interagir com a realidade e dela extrair aprendizagens e conclusões, facto que nos recusamos a aceitar.

Da capacidade que nesta fase demonstrar, de aprender com a sua experiência, de ouvir os seus aderentes e eleitores e de, em resultado disso, se autocorrigir na sua trajetória política e linhas estratégicas ? semabdicar dos ideais e princípios consignados nos seus estatutos ? dependerá o futuro político do Bloco de Esquerda.

Cascais, 10 de Setembro de 2010

Berta Alves, aderente 0666; Carlos Silva aderente 5665; Helena Coelho, aderente 4365; Florival Cordeiro, aderente 2232; João Azevedo, aderente 2778; José Duarte, aderente 4066; José Luís Pissarro, aderente1053; Luís Castro, aderente1713 ; Maria da Conceição Pinto de Moraes, aderente; Paulina Esteves, aderente6153; São, aderente6315; Sara Serra Magalhães, aderente;

Sobre o/a autor(a):

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/an%C3%A1lise-dos-resultados-eleitorais-e-formula%C3%A7%C3%A3o-de-propostas>